

# VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

## Semana de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



### ESCRAVIDÃO E ALDEAMENTO: EXPLORAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ COLONIAL

Thais Maria Bezerra Ferreira Silva<sup>1</sup>, Maria Aparecida de Sousa<sup>2</sup>, Darlan de  
Oliveira Reis Júnior<sup>3</sup>

**Resumo:** A pesquisa tem por objetivo analisar o processo histórico de exploração dos povos indígenas no Ceará colonial. A exploração assumiu várias formas: a escravização ilegal, a escravização pela chamada “guerra justa”, a usurpação das terras indígenas, a submissão através de outras formas de trabalho compulsório, a catequização imposta através da política de aldeamentos. As formas de resistência foram variadas: guerras, fugas, reivindicação de direitos, participação nas lutas políticas do período. Busca-se compreender os indígenas enquanto sujeitos dos processos históricos nos quais estão inseridos. As fontes a serem analisadas são cartas, requerimentos, cartas de sesmarias, documentos governamentais, legislações. As fontes utilizadas fazem parte do acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC) em formato digital e textual, laboratório do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA).

**Palavras-chave:** Indígenas. Exploração. Escravidão. Aldeamento. Colônia.

#### 1. Introdução

O processo de colonização do Ceará, que se deu a partir da ocupação das terras dos povos nativos e sua incorporação mediante formas de trabalho compulsório, dentre elas a escravização, ao mesmo tempo em que foi estabelecida a escravidão africana e gerado o campesinato pobre. “Antes da colonização, o Ceará não existia, nem fazia falta. O que havia era o trânsito de populações articuladas em culturas mais ou menos particulares, sem dependência da escrita e com vida vinculada aos poderes da natureza” (RAMOS, 2012, p.25-26). A conquista da espacialidade não se deu sem resistência, o processo de dominação foi permeado de conflitos, porém proporcionou a formação da classe senhorial, detentora das terras, proprietárias de pessoas e que buscava o controle das águas, condição importante nos sertões cearenses. Processo que não esteve restrito ao território da capitania do “Siará Grande”, posteriormente Capitania do Ceará, mas por todo o espaço setentrional do que hoje é reconhecido como Nordeste brasileiro. Segundo Guillermo Palacios, a ofensiva

<sup>1</sup>Acadêmica do curso de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), bolsista PIBIC/FUNCAP, e-mail: [thaismaria.bezerrafs@urca.br](mailto:thaismaria.bezerrafs@urca.br)

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), bolsista PIBIC/FUNCAP, e-mail: [aparecida.sousa@urca.br](mailto:aparecida.sousa@urca.br)

<sup>3</sup> Orientador, Professor Associado do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), [darlan.reis@urca.br](mailto:darlan.reis@urca.br)

# VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

## Semana de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



do Estado Colonial contra os pequenos lavradores nos séculos XVII e XVIII foi montada em um tripé de instrumentos expropriatórios – proibição de determinados cultivos; apropriação das terras de mata virgem localizadas entre a então Comarca de Alagoas e os arredores da vila de Fortaleza; recrutamento militar dirigido preferencialmente contra os distritos camponeses (PALÁCIOS, 2009, p.157). Acrescentamos a isso, a exploração do trabalho dos povos indígenas em diferentes atividades e mediante a compulsoriedade, além da catequização e a política de aldeamentos.

A ocupação do território obedeceu à lógica da administração colonial e seus imperativos – direcionar fluxos de pessoas e mercadorias, recolher impostos, arregimentar politicamente, contar a população. A apropriação das terras no Ceará levou em conta, a distribuição de sesmarias, a subordinação da população nativa, a política de impedimento dos camponeses de terem acesso às terras, a preferência pelas terras regadias, devido às condições geoclimáticas locais. O aldeamento ligado às solicitações de terras mediante o sistema de sesmarias, os serviços de mercê e privilégios, revelam que tais práticas contribuíram intensamente para a apropriação das riquezas e para a geração de conflitos na capitania. Ao chegarmos ao século XIX, o Ceará possuía cerca de dez por cento da população composta de fazendeiros, que detinham o monopólio das terras, instrumento importante para as relações de poder (PINHEIRO, 2008, p.21). Neste processo histórico, o monopólio da terra foi responsável pelo pauperismo rural, pela escravização de pessoas vindas do continente africano, da usurpação das terras dos povos nativos e sua escravização e pelo controle dos recursos hídricos.

Dessa maneira, a pesquisa busca analisar numa perspectiva da História Social, o processo de escravização dos povos indígenas no Ceará colonial, as alegações dos escravizadores, a legislação sobre a questão do trabalho indígena, a política de aldeamento no período colonial, seja o praticado pelas missões religiosas ou pelo Diretório dos Índios do Período Pombalino, a usurpação das terras e as resistências contra a escravidão e demais formas de dominação. Este processo está relacionado ao sistema escravista como um todo, portanto implica na análise das práticas dos agentes estatais, da Igreja Católica, da classe senhorial, da população livre em geral, bem como da população escravizada de origem africana e afrodescendente. É necessário entender as formas de ocupação do território, o regime jurídico sobre a terra, o sistema escravista colonial e seus impactos para as populações indígenas. Buscaremos compreender os modos utilizados para a escravização ilegal da população indígena, não obstante a existência de diversas leis que a proibiam, porém não tinham eficácia. A escravização ilegal tinha sustentação nas dificuldades do aparato estatal colonizador em fazer cumprir as leis; nas necessidades dos colonos em utilizar trabalhadores escravizados, tanto os de origem africanas, quanto os dos povos originários das Américas; nas brechas fornecidas nas leis e na noção de “guerra justa”, promovida pela ideologia cristã

# VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

## Semana de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



colonizadora (VAINFAS, 1995). Investigaremos os resultados da política de aldeamentos e usurpação das terras para as populações indígenas, tais como fome, enfermidades, mortalidade e pobreza e os meios utilizados para resistir e se defender.

### 2. Objetivos

Analisar as formas de exploração dos povos indígenas durante o período colonial, no Ceará.

Identificar o processo de usurpação das terras atribuídas aos povos indígenas pelos colonizadores.

Analisar a política de aldeamento e catequese e suas consequências para os povos indígenas.

Investigar as diferentes formas de resistências dos povos indígenas contra a escravização.

Analisar a legislação que proibia a escravidão indígena e as brechas existentes para a efetiva escravização.

### 3. Metodologia

A reflexão a partir da leitura da historiografia sobre o tema, combinada com as questões teóricas e a pesquisa nas fontes permitirá entender o contexto em que a documentação foi produzida e perscrutar as disputas, consensos, dissensos e resistências produzidas no contexto histórico, possibilitando a escrita sobre a história de exploração dos povos indígenas no Ceará colonial como prevista nos objetivos deste projeto. Serão utilizados os referenciais metodológicos e os procedimentos propostos por Witold Kula, quando exige do historiador uma atitude crítica com respeito às fontes, além da importância do método comparativo (KULA: 1977, 571). Para alcançar as metas que foram estipuladas, foi realizada a leitura de documentos do acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o Memória Colonial, volume I (1618-1720), Tomo I (1618-1698), Tomo II (1699-1720), além da leitura da bibliografia indicada do projeto, realizada com intuito de se situar dentro do debate historiográfico a cerca do tema. Ocorre de maneira mensal reuniões entre o orientador e as duas bolsistas que fazem parte de tal projeto, visando orientar e gerar uma construção mútua do conhecimento, a partir do debate sobre os dados encontrados nas fontes trabalhadas.

### 4. Resultados

Buscamos contribuir com as pesquisas já realizadas sobre o tema e com novas reflexões. A pesquisa está em fase inicial, sendo feito a leitura teórica e bibliográfica e a pesquisa nas fontes. Foram encontradas evidências e registros acerca da colonização dos sertões cearenses e a exploração da mão de obra indígena para a criação de fortalezas e presídios em localidades mais ao centro

# VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

## Semana de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



da capitania, com a justificativa de que estavam salvando os indígenas através da fé e das obras para com a coroa, tal narrativa é encontrada dentro das cartas para o Conselho Ultramarino presentes no volume I do Memória Colonial (1618-1720):

[...] no ano de 1612 fiz um forte de madeira com suas guaritas e casas de soldados, dentro, e sua ermida, onde se diz missa, e onde estão 20 soldados que como tão poucos naqueles desertos não podem fazer mais que sustentar-se ali dentro, assim irá aquela capitania em pouco crescimento, ali deixei já 10 ou 11 casados com índias e mamelucas com muitos filhos. (tomo I, p. 40)

[...] mandou-formasse ele, suplicante, um novo presídio na ribeira de Jaguaribe que servisse de defesa aos moradores que quisessem habitar e fazer suas povoações na dita ribeira e sertão e adomasse o gentio bárbaro com suavidade e amor para que fosse mais fácil domesticá-lo e adquirir a fé católica que era o maior empenho que o dito senhor recomenda fizesse o suplicante. (tomo II, p.73)

Além dos dados sobre exploração e povoamento, encontramos relatos sobre atos de resistência por parte dos nativos, algo que mostra que esse grupo originário não foi um agente passivo na sua relação com o colonizador, e dessa forma a imagem de um ser ingênuo e manipulável começa a ser desconstruída. Dentre os documentos, foram encontradas cartas que confirmam o ideal religioso da conquista, mostrando a visão dos padres jesuítas perante os indígenas e o processo de conversão de alguns nativos, os chamados “índios fiéis”, e o ponto de vista daqueles ainda tidos como “gentios bárbaros”.

Padre missionário João da Costa ter reduzido grande parte do gentio à fé católica, e aldeado na mesma ribeira ao pé da serra do Arari, perto da fortaleza (tomo II, p. 75)

[...] e para a redução dos índios acudir com todo o cuidado, compensando, fez particularmente em convocar e, um a um, aldeia todos os índios infiéis que andavam espalhados pelos sertões. (tomo II, p. 92)

## 5. Conclusão

Por ser pesquisa em estágio inicial, apresentamos os resultados após dois meses de investigação. O projeto tem como objeto de pesquisa o processo histórico de exploração dos povos indígenas no Ceará colonial: a escravização legal e ilegal; a política de aldeamentos e catequese; os conflitos com os colonos; as diferentes formas de luta e de resistência dos indígenas. As atividades desenvolvidas têm como objetivo permitir às acadêmicas, iniciarem a pesquisa científica e desenvolverem a capacidade de crítica, a produção historiográfica e as contribuições para o ensino da História sobre o tema pesquisado. O estudo combinado entre as produções historiográficas, a reflexão teórica, o aprendizado

# VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

## Semana

## de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



no manejo com a documentação, permitirão às bolsistas iniciarem o trajeto da pesquisa científica, o que contribuirá para o encaminhamento posterior aos programas de pós-graduação stricto sensu em História, qualificando ainda mais as pesquisadoras no Estado do Ceará.

### 6. Agradecimentos

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela concessão da bolsa de Iniciação Científica, e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Regional do Cariri (URCA), pela oferta do Programa de Iniciação Científica.

### 7. Referências

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. 2ª ed. Brasília: 1998.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfose indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Luis Savio de; GALINDO, Marcos; ELIAS, Lopes Juliana (Orgs.). **Índios do Nordeste: temas e problemas II**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2000.

AMOROSO, Marta. **Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BRÍGIDO, João. **Apontamentos para a história do Cariri**. (Edição reproduzida do Diário de Pernambuco de 1861–fac-similar). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

\_\_\_\_\_; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social**. – tradução de João Maia – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

**Fontes:** Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): Memória Colonial do Ceará, volume I (1618-1720), Tomo I (1618-1698), Tomo II (1699-1720).